



ATA Nº 48

Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro de 2.000 (dois mil), foi realizada a reunião do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências da Secretaria de Saúde, sito à Rua Juriti, com início às 20:10 horas. O Conselheiro Zanatta informou a todos, sobre o trabalho da Comissão para estudos de melhorias do laboratório da Secretaria, dizendo que foram vistos preços, equipamentos, mas haverá a necessidade de nova reunião, pois o Dr. Borim ficou de ver outros aparelhos e fazer outra tomada de preços. Apresentou modelos, quanto custam, inclusive deu a sugestão de que deveríamos consultar outro Bi químico, para termos mais uma opinião. O Secretário de Saúde, Dr. Evaldo, disse que o laboratório realmente precisa ser bem equipado, modernizado, para que os usuários sejam melhor atendidos, e não exista mais tanta demora e que inclusive podemos até vender serviços. O Sr. Euclides também deu sua opinião, dizendo que concorda que o laboratório seja melhor equipado, pois os usuários, muitas vezes têm necessidade urgente de um resultado e a demora é muito grande. A Sra. Ivone disse que, se tivermos um laboratório bem equipado, não precisaremos mais pagar taxas cobradas pelos laboratórios credenciados e o Sr. Zanatta disse que não é permitida essa cobrança de taxas de maneira nenhuma, mas cobram os materiais descartáveis que usam algo que

O SUS paga muito pouco. A seguir o secretário, Dr. Evaldo leu a correspondência enviada pelo Hospital Regional João de Freitas, solicitando aprovação do Conselho na mudança da UTI de tipo I para tipo II para procedimentos de alta complexidade em Neurologia, conforme portaria nº 2920 de 09/06/98; cadastramento do hospital no Procedimento de Terapia de nutrição Enteral e credenciamento da UTI do hospital João de Freitas do tipo I para o tipo II (alteração de nível). Foi apresentada também uma relação dos serviços oferecidos pelo hospital e Dr. Evaldo disse que, quando o Hospital João de Freitas entrou com o pedido de "Referência Estadual", ele fez a maior força para que isso acontecesse, pois iria gerar mais empregos para nossos munícipes e vêm também muitas pacientes de fora. Pediu ainda que os contratos apresentados, feitos com profissionais e o hospital, sejam mais claros, principalmente referindo-se que serão serviços prestados ao SUS, e que, quando o paciente está internado deve ser atendido nos exames que tem necessidade, ainda no internamento e não dar alta a esse paciente, pedir exames e mandar para a Secretaria de Saúde resolver. É a favor que o Hospital cresça, mas que os problemas sejam resolvidos dentro do próprio Hospital. Foi explicado então sobre certos procedimentos do Hospital, pelo Dr. Ricardo, de que os médicos é que pedem os exames e o Hospital às vezes, nem sabe se o paciente ainda está internado ou não e que nunca foi cobrada nenhuma taxa extra de exames. O Conselheiro Euclides Gonçalves apresentou uma queixa de uma Sra., que foi encaminhada para o João de Freitas para exames, pagando taxas, medicamentos e apresentou as duplicatas emitidas pelo Hospital à essa Sra. Falou também que o Hospital atende pacientes de fora e às vezes, os nossos cidadãos ficam sem atendimentos. O Dr. Roberto acha que, para trazer uma queixa dessa natureza ao Conselho, primeiro deve ser bem investigado para depois ser cobrado e não ser feita dessa maneira e também que seja uma normativa no C.M.S., que tudo seja feito de uma maneira correta para depois o C.M.S. resolver. Disse ainda que não gostava que o seu Hospital ficasse com sua imagem denegada. Dr. Evaldo disse que está levantando essas questões para que não aconteça mais o que já houve anteriormente, quando um caso foi parar na Promotória, por má fé de uma paciente. O Sr. Saulo disse concordar que qualquer denúncia seja

primeiro ser averiguada e provada para depois vir para o Conselho, pois dessa maneira, só perdemos tempo. O C.M.S. está para avaliar a questão técnica do contrato, já citados, pois a questão técnica deverá ser feita por técnicos especializados e se for para o bem do usuário, nada impede que se apeove. Após isso foi colocado em votação, a solicitação do Hospital João de Freitas, quanto à alteração de nível da UTI, de tipo I para tipo II, alteração de nível de credenciamento em Neurocirurgia, de tipo I para tipo II e cadastramento do Hospital no Procedimento de Terapia de Nutrição Enteral, e o Conselho Municipal, aprovou a solicitação, conforme ofício enviado sob nº 002/00 de 05 de janeiro de 2000, assinado pelo Dr. Ricardo Akira Kaeda, Diretor clínico do já citado Hospital. O Sr. Saulo pediu que em todas as reuniões, a ata da reunião anterior seja lida, aprovada e assinada e que haja também uma pauta para melhor andamento das reuniões e, se alguém quiser incluir algum assunto, que sejam mandadas à Sea. Alzira. A seguir, o Secretário explicou o que é uma AITB e que, quando um paciente vai para o hospital é autorizada a emissão da AITB. Antigamente não existia número de AITBs pois só eram atendidos os segurados do antigo INANPS e havia mais dinheiro, mas depois que houve as mudanças (INSS), houve o número de AITBs estipulado, mas o dinheiro continua o mesmo. As AITBs são proporcionais ao número de habitantes, como temos pacientes que vão para outras cidades, temos que mandar AITBs, da mesma maneira, os que vêm de fora, precisam trazer AITBs. Leu a resolução do C.M.S., quando foram feitas as divisões, sendo que ficava uma percentagem para a Secretaria que dividia entre os hospitais que haviam atendido pacientes de fora. A partir de dezembro o Estado resolveu que não vai mais haver compensação. No mesmo mês estas não foram compensadas e a maioria foi para o H. João de Freitas e noutra ocasião, ele dividiu de acordo com a resolução, e o Dr. Roberto Kock, reclamou dizendo que deveria haver outra maneira de distribuição. Dr. Evaldo falou ainda da distribuição das AITBs, durante 12 (doze) meses, mas como houve essa reclamação do João de Freitas, ele não quis resolver sozinho e o C.M.S. deverá!

estudar o caso, pois não seria justo para o hospital e deveríamos estudar um novo critério, já que o Estado, durante um certo período, mandará mais AHTs, por causa do mutirão. Dr. Roberto disse que tudo é pertinente ao atendimento, pois seu hospital é maior e dá atendimento maior e que os valores não correspondem; como existia a Câmara de Compensação, os percentuais funcionavam, pois atendia a demanda. O Estado fez uma conta com as AHTs de fora, as do Município, conforme sede histórica e as AHTs que vêm para os atendimentos de fora, sejam distribuídas conforme o atendimento de cada hospital e não na proporção anterior. Seu hospital está com 1.600 (mil e seiscentas) leitos repassados e não tem como receber e que seria justo que o hospital recebesse as AHTs restantes. O Dr. Evaldo disse ter repassado todas as AHTs para o João de Freitas e o Dr. Ricardo confirmou; dizendo também que o Hospital estará oferecendo mais dois tipos de atendimento: cirurgia pediátrica e cirurgia de cabeça e pescoço. Quanto aos plantões, o Dr. Evaldo disse que não existe hospital que esteja ou não de plantão, pois se aparecer um caso de urgência ou emergência qualquer hospital deverá atender senão será uma omissão de socorro e o Dr. Roberto disse que, se existe um acordo de que um dia é plantão da Santa Casa e outro é do João de Freitas, eles estão seguindo as normas estabelecidas, mas se for para o bem do Município e querem mudar, a Secretaria é quem deverá resolver. A Dra Ivone questionou se existe uma maneira de fiscalizar os atendimentos feitos pelo SHT, para que não se cobrem diferenças ou taxas e o Dr. Evaldo disse que não temos como fiscalizar todos os hospitais e quem sentir-se lesado tem que denunciar na Promotoria, como o assunto das AHTs é complexo, foram dadas várias sugestões, mas pelo adiantado da hora, ficou decidido que numa próxima reunião esse assunto será novamente tratado, ficando, por enquanto, o uso do critério anterior, ou seja, $\frac{1}{12}$ (um doze avos) de 8,5 (oito vírgula cinco) da população, menos as perdidas: o volume divide pela proporção antiga; o restante fazer compensação proporcional. Isso deverá constar no Edital da Secretaria, até que seja resolvida a questão. Nada mais havendo a tratar para o momento, a reunião foi encerrada e eu, Maria Adelaide Oliveira Aires, lavei a presente ata.

~~ATA Nº 49~~
~~ATA Nº 49 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO C.M.S.~~
~~ATA Nº 49 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO C.M.S.~~
~~ATA Nº 49 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO C.M.S.~~
Assinaturas e rubricas:
- Assinatura com o nome "Eraldo" e "Secretário de Saúde" parcialmente visível.
- Assinatura com o nome "Reginaldo".
- Assinatura com o nome "Lúcia".
- Assinatura com o nome "A. S. Cassia".
- Assinatura com o nome "S. R. Moraes".
- Assinatura com o nome "M. S. Moraes".
- Assinatura com o nome "M. S. Moraes".
- Assinatura com o nome "M. S. Moraes".
- Assinatura com o nome "M. S. Moraes".

ATA Nº 49 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO C.M.S.

Aos 19 (dezenove) dias do mes de janeiro de 2000 (dois mil), foi realizada a reunião extraordinária do C.M.S., na Secretaria de Saúde, com início às 20:10 horas. O Secretário de Saúde, Dr. Evaldo Sauches, iniciou a reunião, apresentando o Sr. Reginaldo, farmacêutico, que ofereceu seus serviços que trata sobre controle de qualidade, organização na distribuição de medicamentos e planejamento para que haja redução de gastos. Explicou como poderia ser feito esse trabalho e colocou-se à disposição, se algum hospital estiver interessado na sua oferta. O Secretário de Saúde, Dr. Evaldo falou sobre dados cadastrais dos hospitais na Internet, onde consta o número de leitos e sobre o problema de laqueaduras, que muitas vezes, são pedidas até por políticos e que todas os hospitais receberam uma carta sobre o procedimento de laqueaduras. A Sra. Lúcia, falou que o maior problema com denúncias é com gestantes que querem fazer cesariana, pois marcam com antecedência, combinam preços e depois querem que o SUS pague, mas não foi indicada pelo médico, foi aceito os termos combinados e não há necessidade de